

Boletim Gaúcho de Geografia

<http://seer.ufrgs.br/bgg>

RIO GRANDE: O ESPAÇO URBANO E SUAS CONTRADIÇÕES - O CASO DO BAIRRO MARLUZ

César Augusto Avila Martins, Nara Nilcéia Da Silva Santos

Maria Terezinha Gama Pinheiro

Boletim Gaúcho de Geografia, 20: 179-184, dez., 1995.

Versão online disponível em:

<http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/38218/24599>

Publicado por

Associação dos Geógrafos Brasileiros



Portal de Periódicos UFRGS

UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL

Informações Adicionais

Email: portoalegre@agb.org.br

Políticas: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/editorialPolicies#openAccessPolicy>

Submissão: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#onlineSubmissions>

Diretrizes: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#authorGuidelines>

Data de publicação - dez., 1995

Associação Brasileira de Geógrafos, Seção Porto Alegre, Porto Alegre, RS, Brasil

RIO GRANDE: O ESPAÇO URBANO E SUAS CONTRADIÇÕES – O CASO DO BAIRRO MARLUZ

César Augusto Ávila Martins
Nara Nilcéia da Silva Santos
Maria Terezinha Gama Pinheiro *

Introdução – A consolidação do espaço monopolista brasileiro, como demonstrada por MOREIRA (1985), nas décadas de 1970 e 1980 implementa, novas formas ao território, combinando tendências homogeneizadoras com a diferenciação dos lugares, desterritorializando e reterritorializando processos produtivos, sujeitos sociais, idéias e símbolos.

O município de Rio Grande, um dos marcos da ocupação portuguesa no sul do continente americano na disputa territorial com a coroa espanhola, representava uma área estratégica de acesso à hinterlândia do futuro estado do Rio Grande do Sul, como possibilidade de escoamento da produção e parte integrante de um sistema de fluxos em construção. Metamorfoscia-se de centro comercial em significativo pólo industrial a partir das décadas de 1870/1880, principalmente com indústrias têxteis e alimentares: SINGER (1977, p.174), anota que Porto Alegre provavelmente tenha suplantado Rio Grande na liderança industrial do estado somente depois de 1920. A cidade vai combinando diferentes formas de morar: os grandes casarões e suas fachadas azulejadas, típicas de centros comerciais, as residências dos industriais e dos engenheiros e técnicos próximos das fábricas, associadas às vilas operárias, ocupações em áreas alagadiças e de dunas.

Após o golpe militar de 1964, sobretudo no decorrer da década de 1970, com o realinhamento do Brasil na divisão internacional do trabalho, que tem como um dos pilares básicos, políticas agressivas de produção de mercadorias para a exportação. No Rio Grande do Sul, há a articulação da modernização da agricultura, especialmente da soja, com a instalação do Distrito Industrial e do Superporto de Rio Grande. O Município passa a receber uma série de investimentos estatais, atraindo capital e força de trabalho. O primeiro encontrará amplas facilidades para sua reprodução: infra-estrutura e subsídios estatais e estratégias de controle, coação e repressão às diferentes formas de organização da sociedade, tendo em vista as tradições de lutas sindicais em Rio Grande. O segundo que, em momentos iniciais e depois pontualmente, tem multiplicadas as possibilidades de emprego e de melhorias salariais, na década de 1980, resente-se do encolhimento dos investimentos estatais e privados, com a diminuição das ofertas de emprego, acompanhada pelas constantes perdas salariais e da percepção de que a cidade afirma-se cada vez mais como habitat, ou seja, apenas na dimensão de um lugar ou meio onde qualquer ser mais ou menos organizado se reproduz, negando a condição de que seres humanos além de habitar desejam morar. Significa a condição humana de permanecer, assistir e ser assistido, de ter lazer e prazer.

A preocupação central do trabalho é a investigação da lógica da produção e da reprodução de uma parcela do espaço urbano do município de Rio Grande, situado no eixo de ligação entre a área central da cidade e o balneário do Cassino, circundada pela ferrovia Rio Grande (Cassino)-Pelotas, limítrofe ao aeroporto, ao Campus Carceiros da URG e a uma grande área vazia da Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima (RFFSA).

Breves anotações sobre o urbano em Rio Grande – “(...) sou filho legítimo de Rio Grande (...) nasci no centro da cidade, depois de 12 anos passei a morar no bairro (...) tive que morar em Porto Alegre, depois voltei de novo (...) tantas andanças (...) nós moramos no Cassino, aí que houve aquela questão do desemprego, aquela luta no dia (...)”¹.

As palavras acima que poderiam ser de milhões de brasileiros, são de um presidente de associação de moradores, operário da construção civil desempregado no período do trabalho, materializam a luta pela conquista do lugar de moradia de pessoas que mesmo longe das capitais e das metrópoles dão uma parcela das dimensões dos problemas urbanos no Brasil e, especialmente, em Rio Grande.

Sinteticamente, SALVATORI et alii (1989: p.49) relatam a forma que assume o crescimento horizontal de Rio Grande:

(...) a atual configuração é clara: a ponta da península totalmente ocupada; uma ramificação a sudoeste, ao longo da antiga Estrada dos Carreiros, caracterizada por habitações de baixo padrão; uma ramificação ao sul, ao longo da Rodovia Rio Grande/Cassino, caracterizada até o entroncamento com a Rio Grande/Pelotas, por terrenos de grandes dimensões, mais valorizados, de ocupação mais lenta e/ou estocados por empresas industriais antes da criação do Distrito Industrial; deste entroncamento até o balneário, por uma sucessão de pequenos loteamentos intercalados com propriedades rurais, e a união destas duas ramificações por áreas habitacionais de implantação mais recente, junto à Rodovia Rio Grande/Pelotas.

Além da linearidade do crescimento horizontal, Rio Grande tem como peculiaridade a expressiva presença de áreas dentro do perímetro urbano que pertencem ao Estado e a empresas e órgãos estatais em seus diferentes níveis e, como nas cidades dos países capitalistas, especialmente nos periféricos, onde as contradições das sociedades urbano-indústrias, agudizam a concentração, centralização e exclusão, materializando-se nos chamados problemas urbanos, como escassez/concentração e dificuldades de acesso aos equipamentos de uso coletivo e na existência, segundo a Prefeitura Municipal de Rio Grande (PMRG), de cerca de 35 loteamentos irregulares em 1990.

A área analisada é caracterizada pelo baixo adensamento de construções e por substantivar o crescimento horizontal urbano no capitalismo, relativamente isolada da área mais antiga e de maior concentração urbana e escassez e distância dos equipamentos de uso coletivo. Há duas especificidades fundamentais: a primeira é que o *isolamento* (expressão usada por diversos moradores, durante entrevistas e conversas informais, para exprimir a visão do terreno vazio de cerca de quatro hectares pertencente à RFFSA) é devido à postura de um órgão estatal e, em segundo lugar, a autorização para a implementação dos loteamentos regulares na área (Marluz, São Pedro, Leônidas e Maria), obedece à razão inversa do crescimento da cidade. Deve-se levar em conta o fato de que o período da autorização de alguns loteamentos da área foi bastante curto, ocorrendo, durante a instalação da ditadura militar no país, que cassou o prefeito municipal eleito diretamente, colocando a administração municipal a cargo de sucessivos interventores, abrindo a possibilidade da investigação das alianças entre o poder público municipal e frações da elite local proprietárias de imóveis urbanos.

O bairro Marluz – O bairro Marluz tem sua origem em 1966, quando pessoas de classe média, adquirentes de parcelas do loteamento aprovado em 1964, procuram a realização do sonho da casa própria, alcançando os benefícios dos financiamentos do Banco Nacional de Habitação (BNH). Sobre o BNH existem vários estudos, mas vale lembrar que entre 1964 e 1984 somente 58,5% das unidades financiadas eram de interesse social e que somente 18% do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) teve tal destinação, resultando no grande déficit habitacional do presente. MARICATO (1985: p.87), assim resume:

(...) a política habitacional no Brasil é definida pela forte presença do Estado, através do Sistema Financeiro de Habitação e do órgão central o BNH, criado em 1965, que estruturou uma rede de agentes financeiros privados, fortaleceu o mercado imobiliário e a indústria da construção, viabilizando um movimento vigoroso em todo o país de provisão de habitações para classes médias e altas (...) A ausência do Estado junto a grande maioria

da população, a de renda mais baixa, define o outro lado da política habitacional: o da ilegalidade, dos loteamentos clandestinos, das irregularidades das construções, das invasões de terras, das favelas, dos cortiços, do sobretrabalho na autoconstrução, do congestionamento habitacional, da promiscuidade, da insalubridade, etc.

A mobilidade dos trabalhadores ("tantas mudanças", na fala do presidente da associação de moradores) em busca de melhores condições de trabalho e de vida ocorre em função da concentração e desconcentração de investimento, envolvendo diferentes fluxos e escalas, manifestando-se internamente nas cidades: "depois vim descendo", nas palavras do mesmo.

Os planos do Distrito Industrial e do Superporto, tornando Rio Grande um ponto privilegiado de atração de capital e força de trabalho, seguramente alteraram as estratégias dos proprietários, dos promotores imobiliários, do Estado e dos grupos excluídos, com agentes modeladores do espaço urbano, segundo a proposta de CORRÊA (1989). No presente trabalho, procuraremos apenas analisar uma parcela do espaço urbano, que na elaboração de CORRÊA (1989), é caracterizada como construída por um grupo excluído, sem perdermos a dimensão do papel dos outros agentes modeladores.

A formação do Bairro Marluz não legalizado tem início em 1974 em terrenos da RPFSA, PMRG e em áreas de loteamentos próximos destinadas ao lazer e sem qualquer infra-estrutura. Os ocupantes, na busca da condição de moradores, aterraram alagadiços, traçaram e abriram ruas, lutaram por água e luz. Mas, esta história é deies:

(...) essas ruas foram colocadas as casas de um lado para correr das outras casas; então as pessoas se gufaram (...) nós começamos a pedir e a lutar, a procurar e a fazer, então fomos transformando esse bairro, né? Na luta do dia a dia para que todos pudessem morar (...)?

O crescimento urbano possui dimensões que ultrapassam as dimensões quantitativas. As formas da cidade possuem conteúdos cotidianos, marcadas pelas diferentes maneiras de ter direitos na própria cidade, pois mesmo na negação do direito de propriedade, via ocupações, o que busca-se é o direito de propriedade.

O novo morador é, antes de mais nada, um posseiro, um clandestino, um invasor, um marginal. O ocupante da terra alheia, seja quem for seu proprietário, é definido pela legislação centrada no direito a propriedade privada, que antes de garantir o acesso a ela, garante sua manutenção e a exclusão de maior parte dos sujeitos sociais. Mesmo na ilegalidade, estes sujeitos sociais garantem sua reprodução como Homens, como força de trabalho, com baixos custos sociais. Realizam a auto construção, amenizando as lutas por melhorias salariais, ocupando as poucas horas de repouso e eliminando o espaço de lazer da família.³

O Estado em suas diferentes esferas assume posturas paternalistas e convenientes, como, por exemplo, no contrato de uso do solo e na permissão de seu uso. No caso do bairro Marluz há um contrato que permite o uso de *terras ociosas*, mas impede construções de alvenaria. Garante-se a propriedade, que é valorizada, assim como as adjacências, pelo trabalho dos *ilegais*, mas que pode ser desocupada por quaisquer meios, assim que algum plano o exigir, mantendo-se um lugar para os excluídos⁴. É força de trabalho abundante e barata, que se submete facilmente às ações clientelistas e fisiológicas.

A luta pelos equipamentos e serviços de uso coletivo – A história da construção do capitalismo como modo de viver é marcada pela intensificação da concentração dos homens nas cidades. A sociabilidade da vida urbana, imposta modernamente pelo capital, não é acompanhada da responsabilidade do mesmo em produzir e disseminar os equipamentos e serviços de uso coletivo: "os serviços coletivos requeridos pelo modo de vida(urbano) suscitado pelo desenvolvimento capitalista não são suficientemente rentáveis para ser produzidos pelo capital, com vistas à obtenção do lucro" (CASTELLS, 1980: 23). Assim, cabe ao Estado a criação, distribuição e gestão destes. As explicações da falta ou irregularidade deste complexo conjunto, que permite um certo grau de bem estar para os diferentes bairros está nas diferentes alianças entre os poderes estatais e os agentes modeladores do espaço urbano, especialmente nas esferas administrativas e legislativas das municipalidades.

O elevado grau de sociabilidade das sociedades urbano-industriais obriga que um grande conjunto de bens de uso coletivo sejam construídos socialmente, garantindo a reprodução de uma certa forma de

existência. Nas sociedades de classes, regidas pela produção de mercadorias, a reprodução da vida é essencialmente vinculada à disponibilidade da forma-dinheiro. Parte dos bens necessários à reprodução, como alimentos e vestuário, são acessados diretamente com a mediação da forma-dinheiro, outros, porém, estão vinculados a políticas de investimentos estatais.

O Bairro Marlu, loteado oficialmente em 1964, segundo documentos do Cartório de Registro de Imóveis, foi autorizado com o comprometimento do agente loteador de dispor de infra-estrutura básica. Porém, a área que passa a ser ocupada ilegalmente em 1974, terá uma longa história para conquista de água e energia elétrica: foram oito anos sem estes serviços. Apesar da Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), em documento oficial, esclarecer que “a instalação da rede foi de iniciativa desta companhia” e da Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN) não possuir nenhum registro sobre o processo de instalação de água na área, há uma outra história:

(...) isso aí quando nós viemos para aqui era tudo fio de arame (...) não tinha água, nem luz (...) a luz deveria ter vindo após essa luta (...) nós fomos até o aeroporto, eu não lembro qual o governador (refere-se a uma caminhada com velas e lampiões para recepcionar o governador Jair Soares) essa água nós viemos brigando, brigando por ela (...) tivemos em reuniões aí, nós começamos a participar⁵.

O Estado vai cumprindo sua função de viabilizar a reprodução da sociedade capitalista: discrimina segundo as leis do mercado, ignora a capacidade de organização e luta na busca da cidadania e toma para si, enquanto forma de hegemonização de parcela dos sujeitos sociais sobre o restante da sociedade os resultados concretos das disputas em direção da universalização de direitos.

O cotidiano do bairro – As lutas cotidianas por condições mínimas de vida levaram à formação de uma certa identificação destes moradores, considerados como excluídos da cidade, levaram ao processo de origem e consolidação da associação de moradores.

No período de realização do trabalho se estabeleceu um contato muito próximo com os moradores e a associação de moradores, permitindo perceber o grau de paternalismo e clientelismo em suas relações com os órgãos estatais. Na área existe um intenso fracionamento em bairros, com múltiplas características: alguns totalmente ilegais, alguns totalmente legalizados e outros que combinam os dois anteriores, trazendo uma série de dificuldades de organização dos moradores e das associações de moradores com interesses imediatos distintos. O conjunto diversificado de demandas imediatas foi utilizado pelos governos municipais intervencionistas, com objetivos eleitorais, que garantiram grandes votações a candidatos comprometidos com os golpistas de 1964: a primeira eleição direta para prefeito municipal após o golpe militar foi ganha por ex-interventor municipal.

Tivemos a oportunidade de vivenciar momentos que exemplificam esta estratégia. Participamos de inúmeras reuniões da associação de moradores com os moradores (normalmente aos domingos, posto que as jornadas de trabalho dos moradores incluem os sábados) e que contavam com considerável participação, onde se iniciou a discussão sobre a legalização da ocupação, na direção da construção da afirmação de que a cidade é construída pelos seus moradores (havia moradores de vários anos que desconheciam e/ou confundiam o nome do bairro em que moravam). Porém, a finalização das reuniões ocorria com a distribuição dos tickets do leite. Politicamente o país, preparava-se para ser governado pelo primeiro presidente eleito – Fernando Collor de Mello – em quase três décadas de história. Notava-se a dúvida entre o que significaria a vitória do candidato derrotado, Luis Inácio Lula da Silva, colocando-se no poder central um representante das chamadas classes populares, com discurso calçado na organização dos diferentes setores da sociedade para a construção de um Brasil menos desigual: “ele é trabalhador como nós, mas não sei não, veio de baixo, mas quando chegam lá em cima pode ser igual aos outros”, nos dizia um dos membros da associação de moradores. O próprio presidente da associação de moradores tinha em sua casa material de propaganda de Fernando Collor de Mello, fornecido por um vendedor (que não identificou) juntamente com uma certa quantidade de tijolos que deveria ser utilizada para construção da sede da associação. Com o decorrer da administração Collor e a sequência de escândalos palacianos, especialmente da Legião Brasileira de Assistência (LBA), patrocinados pela primeira dama, o fornecimento dos tickets foram sendo suspensos e obviamente o restante do material de construção também foi “esquecido”.

Aquilo que se apresenta como *falta de consciência* é na prática a constituição e um entendimento do mundo com horizonte imediatos. GONÇALVES (1984), ao analisar o *caos urbano* e relacioná-lo com o crescimento populacional diz ser no mínimo falta de respeito cobrar de quem *mal ganha para comprar o pão* determinados comportamentos da chamada classe média. A maior parte dos moradores do Marluz está no setor informal da economia: 99,6% ganham até dois salários mínimos⁶.

O cotidiano do bairro não é somente dos posseiros é da vala preta, do lixo acumulado e não recolhido porque as ruas estão alagadas e/ou esburacadas, da escassez de água no verão, apesar da super adutora da CORSAN na cidade, da falta de creche e vagas nas escolas próximas (são cerca de duzentas crianças em idade escolar, esperando a idade do trabalho), do tempo e dos gastos para ir ao "centro".

Assim, há um deslocamento do que *a priori* seria a questão mais urgente- a legalização dos lotes irregulares – para outras mais imediatas: a falta de segurança e da creche, a carência de vagas na escola, o telefone público que não funciona, lembrando que *"não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o ser social que determina sua consciência"*.⁷

A condição de excluído, de *posseiro urbano*, agrava o cisalhamento⁸ da individualidade e da cidadania, não impedindo a criação de múltiplas formas de reprodução social (da mercadorização de inúmeras atividades domésticas, envolvendo sobretudo mulheres e crianças até diferentes formas de contravenção), que são formas de produção da cidade, tornando-a *"o espaço de luta (...) não apenas produzido em função das condições de reprodução do capital, mas também em função das condições de reprodução da vida humana."* (CARLOS; 1992, p.84) Há uma internalização da condição de ocupante, de que apesar de ser sua moradia hoje, amanhã pode não ser mais. O ideário da propriedade privada da terra manifesta-se no desejo de ser proprietário e é acompanhado do temor de que os custos da aquisição e dos encargos tributários possam torná-los novamente *ilegais*.

Palavras finais – A experiência do contato com uma parcela dos ditos excluídos no processo de construção do espaço deixa pelo menos uma lição: os esquemas postos para interpretação da realidade são fundamentais, na medida em que se reconstroem com a própria realidade. Em diferentes momentos tivemos situações onde as explicações sobre a necessidade de organização, elaboração de projetos, *chavões do senso comum*⁹ e de outras projeções acadêmicas, e sobretudo do ideário da chamada classe média, contribuem muito pouco para a explicação de parcelas do mundo, mesmo procurando levar em conta a metodologia de pesquisa-ação, pela qual "os pesquisadores pretendem desempenhar um papel ativo na realidade dos fatos observados", evitando que o trabalho se torne "simples levantamento de dados ou de relatórios a serem arquivados", como sugere THIOLENT (1998, p.16).

Assim, se o poder da propriedade privada da terra cria as normas de acesso à cidade, constituindo-a de acordo com as suas necessidades, são também produzidos e reproduzidos os sujeitos sociais que, na contradição de serem excluídos e na busca da afirmação da mesma legalidade que os tornou ilegais, querem, nas palavras de LEFEBVRE (1991, p.143) "o direito à cidade (não a cidade arcaica), à vida urbana, à centralidade renovada, aos locais de encontro e de trocas, aos ritmos de vida e empregos do tempo que permita o uso pleno e inteiro desses momentos e locais, etc."

⁶ Entrevista com o sr. Sérgio Nobre Leal, então presidente da Associação dos Moradores do Bairro Marluz, em 10 de outubro de 1991.

⁷ Entrevista citada.

⁸ Nos primeiros contatos com os moradores do bairro tivemos duas experiências. Foram abordados por meninos que perguntavam se estávamos distribuindo comida e roupas, demonstrando o caráter meramente assistencialista dos órgãos estatais. Em uma caminhada com membros da associação de moradores, havia dúvida entre os moradores se estávamos lá para retirá-los. Num sábado à tarde, um menino chegou a nos dizer que se isto fosse verdadeiro a família pararia de construir o banheiro de alvenaria que vinha construindo há alguns meses.

⁹ Como moram distante do trabalho e só dispõem de transporte coletivo precário e de alto preço, os moradores do Marluz utilizam-se de bicicletas ou realizam longas caminhadas para, nas suas palavras, "não faltar ao serviço".

⁸ Entrevista com o sr. Ori Caetano Pastori, um dos primeiros moradores da área, em 12/09/90.

⁶ Este e os outros dados sobre o bairro foram coletados em questionário elaborado e aplicado pelos pesquisadores e a associação de moradores, em setembro e outubro de 1991.

⁷ MARX, Karl. *Para a Crítica da Economia Política*. São Paulo: Nova Cultural, 1987, p. 30.

* Utilizamos-nos no sentido tomado de MARX (especialmente nos Manuscritos Econômicos-Filosóficos de 1844) por SILVEIRA (1991), no qual existe uma dimensão histórica da alienação, em relação ao produto e ao próprio trabalho, e uma dimensão antológica, em que, além das relações fundamentais dos homens entre si e destes com a natureza, há uma divisão, uma cisão, no interior do próprio sujeito.

* Um dado que levantamos é que o grande número de crianças deve-se ao grande número de famílias que residem no mesmo terreno ou na mesma casa, pois as famílias são compostas em média por quatro pessoas.

-
- CARLOS, Ana Fani A. *A cidade*. São Paulo: Contexto, 1992.
CASTELLS, Manuel. *Cidade, democracia e socialismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
CORREIA, Roberto Lobato. *O espaço urbano*. São Paulo: Ática, 1989.
GONÇALVES, Carlos W. P. *Paixão da Terra*. Rio de Janeiro: Rocco/Socü, 1984.
HARVEY, David. *A justiça social e a cidade*. São Paulo: HUCITEC, 1980.
LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: 1991.
MARICATO, Ermínia. *Política habitacional no regime militar*. Petrópolis: Vozes, 1987.
MOREIRA, Ruy. *O movimento operário e a questão cidade-campo no Brasil – estudo sobre sociedade e espaço*. Petrópolis: Vozes, 1985.
RODRIGUES, Arlete M. *Moradia nas cidades brasileiras*. São Paulo: Contexto, 1989.
SALVATORI, Elena et alii. Crescimento horizontal da cidade do Rio Grande. *Revista Brasileira de Geografia*, 51(1). Rio de Janeiro: IBGE, 1989, p.277/1.
SINGER, Paul. Porto Alegre. In *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1977, p.141/198.
SILVEIRA, Paulo A. *A constituição alienada do sujeito*. São Paulo: FFLCH/USP, 1991, tese de livre-docência.
THIOLENT, Michel. *Metodologia de pesquisa-ação*. São Paulo: Cortez, 1988.

* Respectivamente, professor no Departamento de Geociências da FURG, geógrafa pela FURG e licenciada em Geografia pela FURG, mestranda em Geografia na Universidade Federal de Santa Maria. Trabalho elaborado com o apoio da Superintendência de Extensão da FURG, no período de maio de 1990 a dezembro de 1991.